



PROCESSO SELETIVO PARA OS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM
ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE

EDITAL 01/2018

ANEXO I – PROGRAMA DAS PROVAS OBJETIVAS

1	PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA (POLO MONTES CLAROS), RESIDÊNCIA DE ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER (POLO PIRAPORA) E RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE (POLO TAIÓBEIRAS)
---	--

1.1 CONTEÚDOS DA ÁREA DE ENFERMAGEM

Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Polo Montes Claros), Residência de Enfermagem em Saúde da Mulher (Polo Pirapora) e Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (Polo Taiobeiras)

• **Saúde da Família/Saúde Pública/Epidemiologia**

Sistema Único de Saúde (SUS): legislação, objetivos, atribuições, doutrinas e competências. Princípios que regem a organização do SUS. Pacto pela Saúde, de Gestão e pela Vida. Políticas de Saúde: Modelos de atenção à saúde. Vigilância à Saúde: noções básicas. Programas Nacionais de Saúde. Redes de atenção à saúde. Sistema Municipal de Saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil: retrospectiva histórica; reforma sanitária. Promoção à saúde. Controle social: conselhos e conferências municipais de saúde. Atenção Primária à Saúde – história, conceitos, princípios e organização no Brasil e no mundo. Política de Atenção Básica no Brasil. Atenção à Saúde da Família – Estratégia de Saúde da Família: histórico, processo de implantação no Brasil, organização e normatizações. Princípios e Diretrizes do Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários de Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Melhor em casa. Consultório na Rua. Sistema de Informação em Saúde. Trabalho com Famílias. Raciocínio epidemiológico. Desenhos de estudos epidemiológicos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Decreto Nº 7.508 de 28 de junho de 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Coletânea de normas para o controle social no Sistema Único de Saúde. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: manual do prontuário eletrônico do cidadão PEC versão 2.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 (versão preliminar). (Disponível em: http://dab.saude.gov.br/portaldab/esus/manual_pec_2_2/index.php).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 39).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).



BRASIL. Portaria GM/MS nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 1.654/GM, de 19 de julho de 2011.

BRASIL. Portaria Nº 978/GM, de 16 de maio de 2012.

BRASIL. Portaria Nº 1.089/GM, de 28 de maio de 2012.

BRASIL. Portaria Nº 122, de 25 de janeiro de 2012.

BRASIL. Portaria Nº 123, de 25 de janeiro de 2012.

BRASIL. Portaria Nº 1.922, de 5 de setembro de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 1.029, de 20 de maio de 2014.

BRASIL. Portaria MS 2.355, de 10 de outubro de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 562/GM, de 4 de abril de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 1.645, de 2 de outubro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ): manual instrutivo para as equipes de atenção básica e NASF. Brasília, Ministério da Saúde, 2017.

MENDES E.V. Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. 3ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1995, 310p.

MENDES E.V. Uma agenda para a saúde. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENDES, E. V. A Atenção Primária à Saúde no SUS. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2002.

MENDES, E. V. A construção social da Atenção Primária à Saúde. Brasília: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, 2015.

MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

ROUQUAYAOL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia e Saúde. 7ª ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2013.

STARFIELD, Bárbara. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2013. 709 p.

WRIGHT, L.M.; LEAHEY, M. Enfermeiras e Famílias: Um guia para Avaliação e Intervenção na Família. 5ª ed. São Paulo: Roca, 2012.

- **Saúde da criança e do adolescente**

Assistência de enfermagem ao recém-nascido, à criança e ao adolescente. Semiologia e semiotécnica aplicadas ao recém-nascido, à criança e ao adolescente. Assistência de enfermagem à criança sadia e com afecções prevalentes da infância; ações de prevenção e controle das infecções; acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; puericultura; imunização; triagem neonatal; amamentação e alimentação da criança. A saúde do adolescente no País. Perfil epidemiológico das doenças prevalentes e fatores de risco à saúde do adolescente. Determinantes de morbimortalidade juvenil. Programa Nacional de Atenção à Saúde do Adolescente. Processo do Adolecer. Aspectos nutricionais do adolescente. Agravos e riscos à saúde do adolescente.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. AIDPI Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância: curso de capacitação: avaliar e



classificar a criança de 2 meses a 5 anos de idade: módulo 2. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. AIDPI Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância: curso de capacitação: introdução: módulo 1. 2. ed. rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Calendário Nacional de vacinação 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/197-secretaria-svs/13600-calendario-nacional-de-vacinacao>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. A estimulação precoce na Atenção Básica: guia para abordagem do desenvolvimento neuropsicomotor pelas equipes de Atenção Básica, Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), no contexto da síndrome congênita por zika [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº 33).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de condutas gerais do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 34 p.: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual de normas técnicas e rotinas operacionais do programa nacional de triagem neonatal. 2. ed. ampl. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

MINAS GERAIS. Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico (NUPAD). Programa de Triagem Neonatal de Minas Gerais: conteúdo técnico científico – seção 02 – normas técnicas para coleta, armazenamento e envio de amostras. Disponível em: <http://www.nupad.medicina.ufmg.br/>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Dez passos para uma alimentação saudável: guia alimentar para crianças menores de dois anos: um guia para o profissional da saúde na atenção básica. – 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Adolescente. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.

UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Fundo das Nações Unidas para a infância. Brasília, DF: UNICEF, 2011.

WAISELSZ, J J. Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

- **Saúde da Mulher**



Semiologia e Semiotécnica aplicada à Saúde da Mulher. Assistência de Enfermagem ao Pré-natal e Puerpério, Planejamento Familiar, Controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis. Câncer de mama e do colo do útero. Climatério. Violência sexual.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BARROS, A.L.B.L. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. atual. e ampl., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 124 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 13).

BRASIL. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Divisão de Detecção Precoce e Apoio à Organização de Rede. Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero. 2. ed. Rio de Janeiro: INCA, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Humanização do parto e do nascimento / Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 465 p.: il. – (Cadernos Humaniza SUS; v. 4).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 26).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Manual dos comitês de mortalidade materna / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 104 p.: il – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>.

BRASIL. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf>.

BRASIL. Gestação de alto risco: manual técnico. 5.ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2010. 302 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf>.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2011. 82 p. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. 46 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

BRASIL. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 300 p. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcad26.pdf>.

KING, F S. Como ajudar as mães a amamentar. 2001. 4ª ed. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://www.redeblh.fiocruz.br/media/cd03_13.pdf>.



DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

NETTINA, S. M. Prática de Enfermagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

SCHMIDT, M. I. *et al.* Medicina Ambulatorial: Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidência. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2004.

- **Saúde do Adulto**

Semiologia e Semiotécnica aplicada à Saúde do adulto. Assistência de enfermagem aos portadores de Hipertensão Arterial Sistêmica e Diabetes Mellitus. Cuidado aos portadores de Obesidade. Acompanhamento dos pacientes portadores de Hanseníase e Tuberculose. Assistência de Enfermagem ao paciente com Dengue, Zika e Chikungunya, e com doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. Doenças infecciosas e parasitárias. Acidente com animais peçonhentos. Atenção à saúde do homem. Cuidado a pessoa tabagista.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. (Cadernos de Atenção Primária, n. 40).

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Princípios e Diretrizes). Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Rastreamento. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Primária, n. 29).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DSTs. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 18)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Prevenção clínica de doenças cardiovasculares, cerebrovasculares e renais. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 56 p. (Cadernos de Atenção Básica; 14) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. 2. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 195 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 21).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso. 6. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 320 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 284 p. (Série A. Normas e manuais técnicas).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de análise de situação de saúde. Saúde Brasil 2004. Brasília, DF, 2004, 364 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção Básica Chikungunya: Manejo Clínico. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde. Orientações integradas de vigilância e atenção à saúde no âmbito da Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.



BRASIL. Ministério da Saúde. Estratégias para cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 38).

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Dermatologia Sanitária. Hanseníase: atividades de controle e manual de procedimentos. Brasília, 2001.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36).

Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37).

MENDES, E. V.O cuidado das condições crônicas na Atenção Primária à Saúde: O imperativo da consolidação da Estratégia da Saúde da Família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Linha-guia de atenção à saúde – Dengue. Belo Horizonte: SAS/MG, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Linha-guia de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e doença renal crônica. Belo Horizonte: SAS/MG, 2013.

- **Saúde do Idoso**

Semiologia e semiotécnica aplicadas ao idoso. Assistência de enfermagem ao idoso. Avaliação global da pessoa idosa (alimentação e nutrição, acuidade visual e auditiva, incontinência urinária e fecal, sexualidade, vacinação, mobilidade e queda, avaliação cognitiva, avaliação funcional, avaliação funcionalidade familiar). Políticas públicas para a saúde da pessoa idosa.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 19).

BRASIL. Ministério da Saúde. Estatuto do Idoso. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BULECHECK, GM.; BUTCHER, HK.; DOCHTERMAN, JM.; WAGNER, CM. Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC). 6ª ed. Porto Alegre: Elsevier, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 429: Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da Enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. Maio 2012.

DUNCAN, B. B.; SCHMIDT, M. I.; GIUGLIANI, E. R. J. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

FREITAS EV, Py L. Tratado de geriatria e gerontologia. 4 ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara Koogan; 2016.

GARCIA, TR. Classificação Internacional para a prática de Enfermagem- CIPE: aplicação à realidade brasileira / Organizadora Telma Ribeiro Garcia. – Porto Alegre: Artmed, 2015.

HERDMAN TH, editors. NANDA International nursing diagnoses: definitions and classification, 2015-2017>. Porto Alegre: Artmed; 2015.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Idoso. Belo Horizonte: SES, 2006.

MOORHEAD, S.; JOHNSON M.; MAAS, M. Classificação dos resultados de enfermagem (NOC). 5ª ed. Porto Alegre: Elsevier, 2016.

MORAES, E. N. Fundamentos do cuidado ao idoso frágil. Belo Horizonte (BR): Folium, 2016. 412 p.



MORAES, E. N. Avaliação Multidimensional do Idoso, Belo Horizonte (BR): Folium, 2016. 248 p. (Coleção Guia de Bolso em Geriatria e Gerontologia)

NUNES, M.I.; FERRETTI, R.E.L.; SANTOS, M. Enfermagem em geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2012. 214 p.

SMELTZER, S. C.; BARE, B. G.; Brunner e Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

ROACH, S. Introdução à enfermagem gerontológica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2003. 351 p. illus.

TANNURE MCH, PINHEIRO AM. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. 2. ed. – [Reimpr] – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

- **Saúde Mental**

A Saúde Mental no Brasil e no mundo. Reforma psiquiátrica brasileira. A organização da assistência em Saúde Mental. Conceitos básicos de saúde mental. O acolhimento em Saúde Mental. Cuidado clínico de enfermagem em Saúde Mental. Consulta de Enfermagem em Saúde Mental. Processo de enfermagem e a Sistematização da Assistência de enfermagem em Saúde Mental e a pessoas acometidas de transtornos mentais e do comportamento. Vínculo e responsabilização do cuidado. A atuação em equipe. A rede de atenção à Saúde Mental. A atenção em Saúde Mental nas unidades de Atenção Primária de saúde. Os CAPS ou CERSAMS. Outros serviços e recursos. Concepção de reabilitação psicossocial. Mecanismos sociais e psicológicos que influenciam na assistência prestada a esse grupo específico de indivíduos. Oficinas terapêuticas, centros de convivência e espaços afins. Serviços residenciais terapêuticos ou moradias. Conselhos de saúde e instâncias afins. Quadros clínicos do sofrimento mental grave. Os quadros psiquiátricos orgânicos. As psicoses. As neuroses. Enfermagem no Cuidado da Pessoa com Necessidades Especiais. A abordagem e o tratamento do sofrimento mental. O projeto terapêutico. A atenção à crise. Visitas domiciliares e outras formas de busca do paciente. A atenção à família. O recurso aos psicofármacos. O uso abusivo de álcool e outras drogas. A legislação em Saúde Mental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA, A.N.S; FEITOSA R.M.M; BOESMANS, E.F.; et al. Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental: reflexões sobre a prática do enfermeiro. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental On line, Jan./mar. 6(1):213-231, 2014. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3396/pdf_1402

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

AMARANTE, P.(Coord.) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático de matriciamento em saúde mental / Dulce Helena Chiaverini (Organizadora) ... [et al.]. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.236 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. (Módulo digital disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_15_anos_caracas.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.98 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).



BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Republicada com correções em 21 de maio de 2013.

CAMPOS, C.M.S.; BARROS, S. Reflexões sobre o processo de cuidar da enfermagem em saúde mental. Revista Escola Enfermagem USP, v.34, n.3, p. 271-6, set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-6234200000300008.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 358: dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Outubro 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 429: Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da Enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. Maio 2012.

CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: consulta rápida. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ESPERIDIÃO E. et al. A enfermagem Psiquiátrica, a ABEn e o departamento Científico de enfermagem Psiquiátrica e Saúde mental: avanços e desafios. Revista Brasileira Enfermagem; 66(esp):171-6, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700022.

GARCIA, T.R. Classificação Internacional para a prática de Enfermagem- CIPE: aplicação à realidade brasileira / Organizadora Telma Ribeiro Garcia. – Porto Alegre: Artmed, 2015.

HERDMAN, T.H. (Ed.) [NANDA International nursing diagnoses: definitions and classification, 2015-2017]. Porto Alegre (RS): Artmed; 2015. (Português).

ISAACS, A.; MUNDIM, F. D. Saúde Mental e Enfermagem Psiquiátrica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 213 p. (Estudos em Enfermagem) ISBN 85-277-0472-2.

AGUIAR, D. T.; SILVEIRA, L. C.; PALÁCIO, P. D. De B.; DUARTE, M. K. B. A clínica de enfermagem em saúde mental. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 107-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5549>.

LIMA, DEIVSON WENDELL DA COSTA ET AL. Referenciais teóricos que norteiam a prática de enfermagem em saúde mental. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 336-342, June 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452014000200336&lng=en&nrm=iso

MARQUES, N.A.; TOLEDO V.P.; GARCIA, A.P.R.F. Significação da psicose pelo sujeito e seus efeitos para a clínica da enfermagem. Revista Brasileira Enfermagem. Jan-fev; 65(1): 116-20, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000100017.

OLIVEIRA, L.C.; SILVA, R.A.R.; MEDEIROS, M.N.; et al. Cuidar humanizado: descobrindo as possibilidades na prática da enfermagem em saúde mental. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental. On line. Jan./mar. 7(1):1774-1782, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750945003>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 352p.

PERGOLA, A.M.; GARCIA, A.P.R.F.; O aprendizado da construção de caso clínico em Saúde Mental. Revista Escola de enfermagem da USP, 42(2):383-8, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a23.pdf>

SOUZA, R.C.; PEREIRA, M.A.; KANTORSKI, L.P. Escuta terapêutica: instrumento essencial do cuidado em enfermagem. Revista de Enfermagem UERJ; 11:92-7, 2003. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v11n1/v11n1a15.pdf>.

STEFANELLI, M.; FUKUDA, I.; ARANTES, E. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. São Paulo: Manoli, 2008.

STUART, G. W.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2002. 384p.



TANNURE, M.C.H.; PINHEIRO, A.M. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. 2. ed. – [Reimpr] – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

TAYLOR, C. M. Fundamentos de enfermagem psiquiátrica de Mereness. 13. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. 485p.

VIEIRA AN, SILVEIRA LC, SILVA LMS ET AL. Reflexão acerca das contribuições da psicanálise para o cuidado e para a clínica da enfermagem. Revista enfermagem UFPE *on line*, Recife, 8(2):450-6, fev., 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/5843/8527>.

1.2 CONTEÚDOS DA ÁREA DE ODONTOLOGIA

Programas de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Polos Montes Claros e Pirapora) e Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (Polo Taiobeiras)

- **Saúde Pública**

Concepção Saúde-doença. Modelos e Políticas de Saúde. Atenção Primária à Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS): legislações, princípios, avanços e desafios. Planejamento de Ações em Saúde. Pacto pela Saúde/Consolidação do SUS. Redes de Atenção à Saúde. Desenhos de estudos epidemiológicos. Epidemiologia e suas contribuições para a Saúde Bucal. Políticas de Saúde Bucal no Brasil. Redes de atenção e organização de ações e serviços de Saúde Bucal.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

SILVA, Andréa Neiva da; SENNA, Marcos Antônio Albuquerque de. Fundamentos em Saúde Bucal Coletiva. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 248 p.

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Portaria Nº 1.645/GM, de 2 de outubro de 2015.

BRASIL. Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.

BRASIL. Portaria Nº 562/GM, de 4 de abril de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 978/GM, de 16 de maio de 2012.

BRASIL. Portaria Nº 518/GM, de 25 de março de 2004.

BRASIL. Portaria Nº 1412/GM, de 10 de julho de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Passo a passo das ações da Política Nacional de Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. SB Brasil 2010. Pesquisa Nacional de Saúde Bucal. Resultados Principais. 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos temáticos do PSE – Promoção da Saúde Bucal. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção



à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

MARTINS A. M. E. B. L., et al. Delineamentos de estudos epidemiológicos e não epidemiológicos da área da saúde: uma revisão de literatura. Revista Unimontes Científica (2013) 15(2):64-80. (Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/262/254>).

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção em Saúde Bucal. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006. 290 p.

MOYSÉS, Samuel Jorge. Saúde Coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2013. 128 p.

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. The Brazilian health system: history, advances and challenges. Lancet. 2011;377(9779):1778-1797.

PEREIRA, A. C. e cols. Odontologia em Saúde Coletiva: planejamento, ações e promovendo saúde. 1ª ed. Artmed Editora, 2003.

PEREIRA, A. C. e cols. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. Nova Odessa: Napoleão, 2009. 704 p. 1ª reimpressão 2013.

PINTO, V. G. Saúde Bucal Coletiva. 6ª ed. São Paulo: Editora Santos, 2013.

SILVA, Sívio Fernandes da. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). Ciência & Saúde Coletiva, 16(6):2753-2762, 2011.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev. Saúde Pública (2005) 39(3): 507-514. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24808.pdf>).

- **Saúde da Família**

Princípios da Atenção Primária à Saúde. Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica no Brasil. Legislação. Princípios da Estratégia de Saúde da Família. Sistema de Informação da Atenção Básica. A Saúde Bucal na Atenção Primária. Legislação da Saúde Bucal na Estratégia de Saúde da Família. Indicadores de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde. Processo de Trabalho em Equipe. Organização da Demanda.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Andréa Neiva da Silva, Marcos Antônio Albuquerque de Senna. Fundamentos em Saúde Bucal Coletiva. Rio de Janeiro: MedBook, 2013. 248 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Básica. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Auto avaliação para melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica: AMAQ. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Manual Instrutivo para as Equipes de Atenção Básica e NASF- Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) – Terceiro ciclo – (2015-2017). Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de especialidades em Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes nacionais de implantação da estratégia e-SUS AB. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Portaria Nº 2.436/GM, de 21 de setembro de 2017.



BRASIL. Portaria MS 2.355, de 10 de outubro de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 599/GM, de 23 de março de 2011.

BRASIL. Portaria Nº 1.341/GM, de 13 de junho de 2012.

BRASIL. Portaria Nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB).

MINAS GERAIS. Deliberação CIB-SUS/MG Nº 814, de 18 de maio de 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Atenção em Saúde Bucal. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006. 290 p.

MOYSÉS, S. T.; KRIGER, L.; MOYSÉS, S. J. Saúde Bucal das Famílias: trabalhando com evidências. São Paulo: Artes Médicas, 2008. 307 p.

PEREIRA, A. C. e cols. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. 1ª ed. Editora Napoleão, 2009.

PINTO, V. G. Saúde Bucal Coletiva. 6 ed. São Paulo: Editora Santos, 2013.

STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

- **Clínica Odontológica Integrada**

A atenção em saúde bucal nos ciclos de vida e por condição sistêmica. Controle de infecção na prática odontológica – biossegurança. Diagnóstico das doenças bucais: cárie, malformações dentárias, doenças periodontais, lesões de mucosa, lesões de tecido ósseo, lesões glandulares, distúrbios articulares. Planejamento de tratamento odontológico (anamnese, exames complementares, prontuário). Prescrição na clínica odontológica. Prevenção das doenças bucais: cárie, doença periodontal e neoplasia individual e coletiva. Anestesiologia – indicações, anestésicos e técnicas. Tratamento das doenças bucais: cárie, doenças periodontais, lesões de mucosa, lesões de tecido ósseo, lesões glandulares e distúrbios articulares; tratamento conservador da polpa dentária. Cirurgias bucais – biópsia, exodontia, sutura, tratamento de complicações cirúrgicas e infecções. Fundamentos de oclusão e disfunção temporomandibular.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ABOPREV. Promoção de Saúde Bucal. São Paulo, Artes Médicas, 2003.

ANDRADE, E. D. Terapêutica medicamentosa em odontologia. 3. ed. São Paulo: Artes Medicas, 2014.

BARATIERI, L. N. et al. Odontologia Restauradora Fundamentos e Possibilidades. 4. ed. [S.l.]: Santos Livraria e Editora, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Controle de Infecções e a Prática Odontológica em Tempos de AIDS– Manual de Condutas. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/Aids, hepatites e outras DST / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 197 p. il. - (Cadernos de Atenção Básica, n. 18) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed. rev. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 318 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 32)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37)



- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33)
- COLEMAN, G. C., NELSON, J. F. Princípios de Diagnóstico Bucal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.
- CONCEIÇÃO, E.W. Dentística: Saúde e Estética. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie Dentária. A Doença e o seu Tratamento Clínico. São Paulo: Santos, 2005.
- BRUNETTI-MONTENEGRO F. L; MARCHINI L. Odontogeriatrics - uma visão Gerontológica. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- FREITAS, A.; ROSA, J. E.; SOUZA, I. F. Radiologia Odontológica. 6. ed. [S.I.]: Artes Médicas, 2004.
- LINDHE, J.; KARRING, T.; LANG, N. P. Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1304p.
- LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo odontológico do paciente clinicamente comprometido. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- LOPES, H.P.; SIQUEIRA JÚNIOR, J. Endodontia - Biologia e Técnica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- MALAMED, S. Manual de Anestesia Local. 6. ed. [S.I.]: Elsevier, 2013.
- MCDONALD, R. E.; AVERY, D. R. Odontopediatria. 7. ed. [S.I.]: Guanabara Koogan, 2000.
- MEZZOMO, E. Reabilitação Oral Contemporânea. São Paulo: Santos, 2012. 887p.
- MENDES, W. B. Fundamentos de Oclusão em Odontologia Restauradora: forma, função e estética. São Paulo: Napoleão, 2013, 664p.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção em Saúde Bucal. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção ao Pré-natal, Parto e Puerpério: Protocolo Viva Vida. 2 ed. Belo Horizonte: SAS/SES, 2006.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Adolescente. Belo Horizonte: SAS/MG, 2006.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. Linha-guia de hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e doença renal crônica. Belo Horizonte: SAS/MG, 2013.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde do Idoso. Belo Horizonte: SES, 2006.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Saúde. Atenção à Saúde da Criança. Maria Regina Viana et al. Belo Horizonte: SES, 2004.
- NEVILLE, B. W. ; DAMM, D. D. Patologia Oral & Maxilofacial. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- PETERSON, L.J.; ELLIS, E.; HUPP, J. R., TUCKER, M. Cirurgia oral e maxilofacial contemporânea. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- WHITE, S. C. & PHAROAH, M. J. Radiologia Oral - Fundamentos e Interpretação. 5. ed. [S.I.]: Elsevier, 2007.
- CHAIN, Marcelo Carvalho. Materiais Dentários: Série Abeno: Odontologia Essencial-Parte Clínica. Artes Médicas Editora, 2013.
- NARESSI, Wilson Galvão; ORENHA, Eliel Soares; NARESSI, Suely Carvalho Mutti. Ergonomia e Biossegurança em Odontologia: Série Abeno: Odontologia Essencial-Parte Clínica. Artes Médicas Editora, 2009
- PEREIRA, Antonio Carlos. Saúde Coletiva: Métodos Preventivos para Doenças Bucais-Série Abeno: Odontologia Essencial-Temas Interdisciplinares. Artes Médicas Editora, 2009.



DE GOES, Paulo Sávio Angeiras. Gestão da Prática em Saúde Bucal: Série Abeno: Odontologia Essencial-Temas Interdisciplinares. Artes Médicas Editora, 2014.

1.3 CONTEÚDOS DA ÁREA DE PSICOLOGIA

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (Polo Montes Claros):

Saúde Pública; Atenção Primária à Saúde; Epidemiologia; Legislação em Saúde; Redes de atenção à saúde; Políticas de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; Atenção Psicossocial; *Recovery*; Redução de Danos; Ciclos da Vida; Psicopatologia; Psicofarmacologia; Teoria da Clínica; Abordagem de Grupos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBERTI, S. Esse sujeito adolescente. 3ed. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos/Contra Capa, 2009.

AMARANTE, P. (Coord.) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

AMARANTE, P. Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

BEE, Helen. O ciclo vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BIRMAN, J. Cadernos sobre o mal. Agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Decreto 2708, de 28 de junho de 2011.

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2ed. Brasília, 2008.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34: Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica, n. 39. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).



- BRASIL. Portaria GM/MS Nº 154, de 24 de janeiro de 2008.
- BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Republicação de 28 de maio de 2013.
- BRASIL. Portaria Nº 1.654/GM, de 19 de julho de 2011.
- BRASIL. Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006.
- BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.
- CIRINO, O.; MEDEIROS, R. Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis. Belo Horizonte: Autentica, 2006.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº453, de 10 de maio de 2012.
- CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: consulta rápida. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DAVIDSON, L; RIDGWAY P; WIELAND M; O'Connell, M. A Capabilities Approach to Mental Health Transformation: A Conceptual Framework for the Recovery Era. *Canadian journal of community mental health*. v. 28, n.2, p.35-46, 2009.
- ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE – MINAS GERAIS. Psicanálise e Saúde Mental. Curinga. Belo Horizonte, n.13, Set 99.
- FREIRE, A.B. & MALCHER, F. (Orgs). Circulando: Jovens e suas invenções no autismo e na psicose. Rio de Janeiro: Subversos, 2014.
- FREUD, S. Artigos Sobre Metapsicologia. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XIV;
- FREUD, S. Artigos Sobre Técnica. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII.
- FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do Ego. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVIII.
- FREUD, S. Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. VII;
- GIOVANELLA, L. (Org.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- GROVA, T.; MACHADO, O. (Orgs). Psicanálise na favela – projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Subversos, 2008.
- GUERRA, A. M. C. A psicose. Coleção passo a passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LACAN, J. A relação de objeto. O Seminário. Livro 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- LACAN, J. Nota sobre a criança. In: LACAN, J. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- LACAN, J. Os complexos familiares. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- OLIVEIRA PRETO BACCARI, I.; ONOCKO CAMPOS, R.T.; STEFANELLO, S., Recovery: revisão sistemática de um conceito. *Ciência & Saúde Coletiva* 2015, 20. Acesso em 14 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63033062014>> ISSN 1413-8123
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Organização Mundial De Médicos De Família. Integração da Saúde Mental nos Cuidados de Saúde Primários: uma perspectiva global. Portugal, 2009.
- PICHON-RIVIÉRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes; 1983.
- SANTIAGO, A. L.; MEZÊNCIO, M. (Orgs). A Psicanálise do Hiperativo e do desatento. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.
- STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726.



1.4 CONTEÚDOS DA ÁREA DE FARMÁCIA

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade (Polo Taiobeiras)

- **Saúde Pública**

Concepção Saúde-doença. Modelos e Políticas de Saúde. Atenção Primária à Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS) e seus princípios. Planejamento de Ações em Saúde. Pacto pela Saúde/Consolidação do SUS. Legislação em Saúde. Redes de Atenção à Saúde.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Portaria Nº 1.645/GM, de 2 de outubro de 2015.

BRASIL. Portaria Nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Portaria Nº 4.279/GM, de 30 de dezembro de 2010.

BRASIL. Portaria Nº 562/GM, de 4 de abril de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 978/GM, de 16 de maio de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34:Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

PAIM, J.; TRAVASSOS, C.; ALMEIDA, C.; BAHIA, L.; MACINKO, J. The Brazilian health system: history, advances and challenges. Lancet. 2011;377(9779):1778-1797.

- **Saúde da Família**

Princípios da Atenção Primária à Saúde. Diretrizes e Normas para a Organização da Atenção Básica no Brasil. Legislação. Princípios da Estratégia de Saúde da Família. Sistema de Informação da Atenção Básica. A Saúde Bucal na Atenção Primária. Legislação da Saúde Bucal na Estratégia de Saúde da Família. Indicadores de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde. Processo de Trabalho em Equipe. Organização da Demanda.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Primária, n. 39).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. SIAB: Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2003. 96p. il (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: manual do sistema de coleta de dados simplificada CDS versão 2.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 (versão preliminar).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. e-SUS Atenção Básica: manual do prontuário eletrônico do cidadão PEC versão 2.1. Brasília: Ministério da Saúde, 2016 (versão preliminar).



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Instrutivo do Sistema de Informação da Atenção Básica- SIAB. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Política Nacional da Atenção Básica - Portaria MS 2.488 de 21 de outubro 2011.

BRASIL. Política Nacional da Atenção Básica - Portaria MS 2.355, de 10 de outubro de 2013.

BRASIL. Portaria Nº 1.412, de 10 de julho de 2013 (Institui o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB).

STARFIELD, B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidade de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.

- **Assistência Farmacêutica no SUS**

Legislação farmacêutica. Política Nacional de Medicamentos. Boas práticas para o controle sanitário de medicamentos e correlatos. Cuidado farmacêutico em pacientes com doenças crônicas. Aspectos legais sobre o ato de dispensar atenção farmacêutica. O método clínico do cuidado com o paciente. Análise e interpretação de exames laboratoriais. Farmacoterapia e uso racional de medicamentos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALMEIDA DE MOURA, Roberto. Técnicas de laboratório. 3º Ed. São Paulo: Atheneu; 2008.

BRASIL: Organização Pan Americana da Saúde, 2012 GOMES, C. A. P. et al. A assistência farmacêutica na atenção à saúde. 2ª ed. Belo Horizonte: FUNED, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº5.991, de 17 de dezembro de 1973. Que dispõe sobre o controle sanitário de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998. Dispõe sobre a aprovação da política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 nov. 1998. Seção 1, n. 215.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1988, que aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Assistência à Saúde; Departamento de Sistemas e Redes Assistenciais. Protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas: medicamentos excepcionais. Brasília: MS, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_clinicos_diretrizes.pdf.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução de nº 417, de 29 de setembro 2004, que aprova o Código de Ética da Profissão Farmacêutica.

BRASIL. Ministério da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009. Dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 ago. 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. LYRA JUNIOR DP. & MARQUES TC (Orgs.). Relatório do 1º Seminário Internacional para Implementação da Atenção Farmacêutica no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 114 p.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Diretrizes para estruturação de farmácias no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília: MS, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 542, de 19 de janeiro de 2011. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico na dispensação e no controle de antimicrobianos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 jan. 2011a. Seção 1, p. 237.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº834, de 14 de maio de 2013. Redefine o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília/DF, 30 de maio 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: MS, 2013.



BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde; Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: MS,2013.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 585, de 29 de agosto de 2013, que regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set. 2013d. Seção 1,p.1868.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 586, de 29 de agosto de 2013, que regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2013e. Seção 1, p. 136-8.

BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução nº. 578, de 06 de julho de 2013. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 ago. 2013c. Seção 1, p.151.

BRASIL. Lei nº 13.021, de 08 de agosto de 2014. Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 ago. 2014c. Seção 1, p. 1, Edição Extra.

BISSON, M.P. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. São Paulo: Medfarma, 2003.

CORRER, C. J.; OTUKI, M. F.; SOLER, O. Assistência farmacêutica clínica na atenção primária à saúde por meio do Programa Saúde da Família. RevBras Farm. v. 1, n. 91, p.3745, 2010.

CORRER,C.J.:OTUKI, M.F. A Prática Farmacêutica na Farmácia Comunitária. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CARVALHO,M.F.C. A polifarmácia em idosos no Município de São Paulo - Estudo SABE-Saúde,Bem-estar e Envelhecimento. São Paulo: Universidade de São Paulo, Escola de Saúde Pública.2007. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rbepid/v15n4/13.pdf>.

GILMAN, A. G.; RALL, T. W.; NIES, A. S.; TAYLOR, P. Goodman& Gilman. As bases Farmacológicas da Terapêutica. 8ª edição. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 1991.

JARAMILLO NM et al. Atenção Farmacêutica no Brasil: trilhando caminhos. Relatório de Oficina de Trabalho. Fortaleza: Organização Pan-americana da Saúde, 2001. 25p. Disponível em:http://www.ceatenf.ufc.br/ceatenf_arquivos/Artigos/CONSENSO%20BRASILEIRO%20DE%20ATENCAO%20FARMACEUTICA.pdf

KATZUNG, B. G.; Farmacologia Básica & Clínica. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 10.

LYRA JÚNIOR DP. Impacto de um programa de Atenção Farmacêutica, no cuidado de um grupo de idosos atendidos na Unidade Básica Distrital de Saúde Dr. Ítalo Baruffi, Ribeirão Preto (SP). 2005. 156 f.Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relatório do 1º Seminário Internacional para Implementação da Atenção Farmacêutica no SUS. Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_seminario_implementacao_atencao_farmaceutica.pdf.

MARQUES, L. A. M., Atenção Farmacêutica em Distúrbios Menores. 2ª ed. Ed. Medfarma. São Paulo, 2008.

STORPIRTIS, S.et al. Farmácia clínica e atenção farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SILVA, P.Farmacologia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. 1400 p.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde; OMS – Organização Mundial da Saúde; CFF– Conselho Federal de Farmácia. O Papel do Farmacêutico no Sistema de Atenção à Saúde.Disponível em:<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/3598/PapelFarmaceutico.pdf?sequence=1>



2

**PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE MENTAL
(POLO MONTES CLAROS)**

2.1 Conteúdos comuns a todas as áreas do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

- Saúde Pública; Epidemiologia; Legislação em Saúde; Políticas de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas; Atenção Psicossocial; *Recovery*; Redução de Danos; Psicopatologia; Psicofarmacologia; Clínica Ampliada; Equipe de Referência; Projeto Terapêutico Singular; Práticas Interdisciplinares; Gestão do Cuidado; Gestão de RAPS; Acolhimento; Participação em saúde mental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMARANTE, P. (Coord.) Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil, Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

AMARANTE, P. Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200.

BRASIL. Decreto 2708, de 28 de junho de 2011.

BRASIL. Lei 10.216, de 6 de abril de 2001.

BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático de matriciamento em Saúde Mental / Dulce Helena Chiaverini (Organizadora) ... [et al.]. [Brasília, DF]: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011. 236 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva. Guia prático de matriciamento em Saúde Mental. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. 2ed. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 98 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção às pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do SUS / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Apoio à Descentralização. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Descentralizada. Diretrizes operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 76 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Portaria GM/MS Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 – Republicação de 28 de maio de 2013.

BRASIL. Portaria nº 399/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2006.

CIRINO, O.; MEDEIROS, R. Álcool e outras drogas: escolhas, impasses e saídas possíveis. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012.

CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: consulta rápida. 4ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.



- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DAVIDSON, L; RIDGWAY P; WIELAND M; O'Connell, M. A Capabilities Approach to Mental Health Transformation: A Conceptual Framework for the Recovery Era. *Canadian journal of community mental health*. v. 28, n.2, p.35-46, 2009.
- ESCOLA BRASILEIRA DE PSICANÁLISE – MINAS GERAIS. Psicanálise e Saúde Mental. Curinga. Belo Horizonte, n.13, Set 99.
- FOUCAULT, M. História da Loucura. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- FOUCAULT, M. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GIOVANELLA, L. (Org.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- LUZ, Madel T. Complexidade do campo da Saúde Coletiva: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, e transdisciplinaridade de saberes e práticas - análise sócio-histórica de uma trajetória paradigmática. *Saúde soc.* São Paulo, v. 18, n. 2, p. 304-311, June 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000200013&lng=en&nrm=iso.
- MENDES, E. V. As Redes de Atenção à Saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.
- NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº453, de 10 de maio de 2012.
- OLIVEIRA PRETO BACCARI, I.; ONOCKO CAMPOS, R.T.; STEFANELLO, S., Recovery: revisão sistemática de um conceito. *Ciência & Saúde Coletiva* 2015, 20. Acesso em 14 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63033062014>> ISSN 1413-8123
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID 10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed, 1993.
- SILVEIRA, A.R; BRANTE. A. R. S. D; STRALEN, C.J. Práticas discursivas na participação social em saúde mental. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 38, n. 103, p. 783-793, out./ dez., 2014.

2.2 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE ENFERMAGEM

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

Planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem à pessoa com transtorno mental e/ou em uso abusivo de álcool e outras drogas e à sua família. Intervenções psicossociais com familiares de usuários da RAPS. Abordagem da crise. Gestão do Cuidado nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Hospitais, Residência Terapêutica, Equipe da Estratégia Saúde da Família, NASF e Unidade de Acolhimento; Gestão do Cuidado nos com leitos psiquiátricos. Comunicação Terapêutica. Cuidado clínico de enfermagem em Saúde Mental. Consulta de Enfermagem em Saúde Mental. Processo de enfermagem e a Sistematização da Assistência de enfermagem em Saúde Mental. Abordagem em Grupos de Saúde Mental. Ações nas contenções Terapêuticas. Administração e manejo de psicofármacos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ALMEIDA, A.N.S; FEITOSA, R.M.M; BOESMANS, E.F.; et al. Cuidado clínico de enfermagem em saúde mental: reflexões sobre a prática do enfermeiro. *Revista de pesquisa Cuidado é fundamental Online*, Jan./mar. 6(1):213-231, 2014. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/3396/pdf_1402
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34).
- CAMPOS, C.M.S.; BARROS, S. Reflexões sobre o processo de cuidar da enfermagem em saúde mental. *Revista Escola Enfermagem USP*, v.34, n.3, p. 271-6, set. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342000000300008.
- CARPENITO, L. J. Diagnóstico de Enfermagem: Aplicação à prática clínica. Porto Alegre: ArtMed, 2000.



CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 358: dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Outubro 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução 429: Dispõe sobre o registro das ações profissionais no prontuário do paciente, e em outros documentos próprios da Enfermagem, independente do meio de suporte – tradicional ou eletrônico. Maio 2012.

ESPERIDIÃO, E. et al. A enfermagem Psiquiátrica, a ABEn e o departamento Científico de enfermagem Psiquiátrica e Saúde mental: avanços e desafios. Revista Brasileira Enfermagem; 66(esp):171-6, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000700022.

GARCIA, T.R. Classificação Internacional para a prática de Enfermagem- CIPE: aplicação à realidade brasileira / Organizadora Telma Ribeiro Garcia. – Porto Alegre: Artmed, 2015.

HERDMAN, T.H. (Ed.) [NANDA International nursing diagnoses: definitions and classification, 2015-2017]. Porto Alegre (RS): Artmed; 2015. (Português).

AGUIAR, D. T.; SILVEIRA, L. C.; PALÁCIO, P. D. De B.; DUARTE, M. K. B A clínica de enfermagem em saúde mental. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 107-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5549>.

LIMA, DEIVSON WENDELL DA COSTA ET AL. Referenciais teóricos que norteiam a prática de enfermagem em saúde mental. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 336-342, June 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452014000200336&lng=en&nrm=iso

MARCOLAN, João Fernando. Enfermagem em saúde mental e psiquiátrica: desafios e possibilidades do novo contexto do cuidar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 544 p.

MARQUES, N.A.; TOLEDO, V.P.; GARCIA, A.P.R.F. Significação da psicose pelo sujeito e seus efeitos para a clínica da enfermagem. Revista Brasileira Enfermagem. Jan-fev; 65(1): 116-20, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000100017.

OLIVEIRA, L.C.; SILVA, R.A.R.; MEDEIROS; M.N.; et al. Cuidar humanizado: descobrindo as possibilidades na prática da enfermagem em saúde mental. Revista de pesquisa Cuidado é fundamental. On line. Jan./mar. 7(1):1774-1782, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505750945003>

PERGOLA, A.M.; GARCIA, A.P.R.F. O aprendizado da construção de caso clínico em Saúde Mental. Revista Escola de enfermagem da USP, 42(2):383-8, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a23.pdf>

Saúde mental na atenção básica: a territorialização do cuidado / organizado por Simone Paulon e Rosana Neves. – Porto Alegre: Sulina, 2013. 151 p.

SOUZA, R.C.; PEREIRA, M.A.; KANTORSKI, L.P. Escuta terapêutica: instrumento essencial do cuidado em enfermagem. Revista de Enfermagem UERJ; 11:92-7, 2003. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v11n1/v11n1a15.pdf>.

STEFANELLI, M.; FUKUDA, I.; ARANTES, E. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. São Paulo: Manoli, 2008.

TANNURE, M.C.H; PINHEIRO, A.M. SAE: Sistematização da Assistência de Enfermagem: Guia Prático. 2. ed. – [Reimpr] – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

TOWNSEND, Mary C. Enfermagem Psiquiátrica / Conceitos de Cuidados na Prática Baseada em Evidências. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

VIEIRA AN, SILVEIRA LC, SILVA LMS ET AL. Reflexão acerca das contribuições da psicanálise para o cuidado e para a clínica da enfermagem. Revista enfermagem UFPE on line., Recife, 8(2):450-6, fev., 2014. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/revista/article/download/5843/8527>

WRIGHT, L. M.; LEAHEY, M. Enfermeiras e famílias: um guia para avaliação e intervenção na família. 5. ed. São Paulo: Roca, 2012.



2.3 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE PSICOLOGIA

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

Entrevista Psicológica. Psicodiagnóstico. Estruturas Clínicas. Teoria da Clínica. Direção do Tratamento. Clínica dos Novos Dispositivos Assistenciais. Teorias e Técnicas Grupais. Ações na RAPS.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALBERTI, S. Esse sujeito adolescente. 3ed. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos/Contra Capa, 2009.

BIRMAN, J. Cadernos sobre o mal. Agressividade, violência e crueldade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34:Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

FINK, B. O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREIRE, A.B.; MALCHER, F. (Orgs). Circulando: Jovens e suas invenções no autismo e na psicose. Rio de Janeiro: Subversos, 2014.

FREUD, S. Artigos Sobre Técnica. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XII.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do Ego. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVIII.

FREUD, S. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. VII;

FREUD, S. Artigos Sobre Metapsicologia. Obras Completas. Edição Standard. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XIV;

GROVA, T.; MACHADO, O. (Orgs). Psicanálise na favela – projeto Digai-Maré: a clínica dos grupos. Rio de Janeiro: Subversos, 2008.

GUERRA, A. M. C. A psicose. Coleção passo a passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACAN, J. Nota sobre a criança. In: LACAN, J. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LACAN, J. Os complexos familiares. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

MEZENCIO, M.; ROSA, M.; FARIA, M.V. (Org.). Tratamento possível das toxicomanias com Lacan. Belo Horizonte: Scriptum, 2014

MILLER, Jacques-Alain. Efeito do retorno à psicose ordinária. Opção Lacaniana online nova série. Ano 1, n.3. Novembro de 2010. Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero3/texto1.html>

PICHON-RIVIÉRE, E. O processo grupal. São Paulo: Martins Fontes; 1983.

RIBEIRO, C.T.; NASCIMENTO, Z. (Org.). A psicanálise na cidade [recurso eletrônico]: dispositivos clínicos em saúde mental. Natal, RN: EDUFRN, 2017.177p. Modo de acesso: <http://repositorio.ufrn.br>

SANTIAGO, A. L. & MEZÊNCIO, M. (Orgs). A Psicanálise do Hiperativo e do desatento. Belo Horizonte: Scriptum, 2013.

2.4 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DE SERVIÇO SOCIAL

Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental

Código de ética do/a Assistente Social. Lei de regulamentação da profissão. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde. Serviço Social e Saúde Mental. A relação família com o



portador de transtorno mental. Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas. Serviço Social e interdisciplinaridade. O trabalho do Serviço Social nos CAPSs e o empoderamento de usuários e familiares em Saúde Mental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: Uma análise institucional da prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.17-63.

BRASIL. Código de ética do/a Assistente Social. 10ª ed. rev e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>.

BRASIL. Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993. Incluso alterações trazidas pela Lei n.º 12.317 de 26 de agosto de 2010. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/L8662.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Cadernos de Atenção Básica 34:Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf).

CFESS; CRESS. Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas. Brasília, 2010. Disponível em <[http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010](http://www.cfess.org.br/arquivos/doc_CFESS_Terapias_e_SS_2010.pdf)>.pdf.

CFESS. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na Saúde. Brasília, 2010.

MACHADO, Graziela S. O trabalho do Serviço Social nos CAPS. Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 8 n. 2, p. 241-254, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/6342/4641>>.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Transtorno mental e o cuidado na família. São Paulo: Cortez. 2003. p.235-349.

ROSA, Lucia Cristina dos Santos; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. Saúde Mental e classe social: CAPS, um serviço de classe e interclasses. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 114, abr/jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n114/n114a06.pdf>>.

SCHEFFER, Graziela; SILVA, Lahana Gomes. Saúde Mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 118, abr/jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a08n118.pdf>>.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Empoderamento de usuários e familiares em saúde mental e em pesquisa avaliativa/interventiva: uma breve comparação entre a tradição anglosaxônica e a experiência brasileira. Revista Ciências de saúde coletiva, Rio de Janeiro, vol.18 no.10 Outubro/ 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n10/v18n10a07.pdf>>.

3	PROGRAMA DE RESIDÊNCIA DE ENFERMAGEM EM OBSTETRÍCIA (POLO MONTES CLAROS)
----------	---

- Políticas Públicas de Saúde das Mulheres. Direitos Sexuais e Reprodutivos. Cuidado Integral às Mulheres nos Diversos ciclos da Vida. Atenção Integral às Mulheres no Trabalho de Parto e ao Recém-nascido.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BARROS, A.L.B.L. Anamnese e Exame Físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BARROS, S. M. O. Enfermagem Obstétrica e Ginecológica: Guia para prática assistencial. 2. ed. São Paulo: Roca, 2009.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução 311/2007 - Anexo. Aprova a reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf>



COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução 516/2016 - Normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetriz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e outros locais onde ocorra essa assistência; estabelece critérios para registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetriz no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em situação de Violência Doméstica e Sexual: matriz pedagógica para formação de redes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes/Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série C. Projeto, Programas e Relatórios)

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica; n.32) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica; n.13) (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres/Ministério da Saúde, Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica; n.13) (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.40)

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Infecções Sexualmente Transmissíveis. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Brasília: 2015.

BRASIL. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>.

BRASIL. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Cuidados Gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. v1. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_recem_nascido_%20guia_profissionais_saude_v1.pdf>.

BRASIL. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html>.

BRASIL. Diretriz nacional de assistência ao parto normal – Relatório de Recomendações. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Consultas/2017/Relatorio_Diretriz-PartoNormal_CP.pdf>.

BRASIL. Gestação de alto risco: manual técnico. 5.ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2010. 302 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/gestacao_alto_risco.pdf>.

BRASIL. Parto, Aborto, Puerpério - Assistência Humanizada a Mulher. 2001. Disponível: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf>.

BRASIL. Política Nacional de Humanização – Humaniza SUS. 2004. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf>.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2011. 82 p. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2007/politica_mulher.pdf.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. 46 p. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.

BRASIL. Recomendações para Profilaxia da Transmissão Vertical do HIV e Terapia Antirretroviral em Gestantes: manual de bolso. Brasília: Ministério da Saúde. 2010. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/sites/default/files/consenso_gestantes_2010_vf.pdf>.



CUNNINGHAM, F.G. et al. *Obstetrícia de Williams*. 23. ed. MacGraw Hill; Artmed, 2012. 1404 p.
SAFFIOTI, H. I.B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.